

## REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA; CONTRASTES DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL E NA GRÃ-BRETANHA\*

*Maria Conceição da Costa*

Professora de DPCT do Instituto de Geociências — Unicamp.

Recentemente temos assistido a debates e críticas sobre o padrão de competitividade da indústria automobilística no Brasil. Esse setor tem sido apresentado como defasado tecnologicamente, gerando, como conseqüência, produtos internacionalmente pouco competitivos.

Um dos pontos desse debate é que as perspectivas de desenvolvimento do país dependeriam de novos métodos de produção, ou mesmo de novas práticas de gestão do trabalho, os quais têm sido apontados como modelos a ser imitados a fim de se obter uma melhor posição no *ranking* mundial. Entretanto, pouco tem sido discutido a respeito da natureza das mudanças tecnológicas e da natureza do trabalho nesse setor *vis-à-vis* indústrias do mesmo setor em nível internacional.

O trabalho de Elizabeth Silva acrescenta novo enfoque a este debate e leva a repensar a natureza e o padrão de implantação de indústrias desse porte num país como o Brasil, especialmente porque trata-se de um estudo comparativo entre a planta da Ford Motor Co. de São Paulo e a planta de Dagenham, na Inglaterra. Partindo da comparação entre duas plantas aparentemente iguais, mas localizadas em contextos geográfico-culturais diferentes, a autora estabelece alguns parâmetros metodológicos como, por exemplo, as razões das escolhas específicas de tecnologia, a organização do trabalho, as implicações para a produtividade, a flexibilidade e a competitividade internacional.

A relação entre trabalho e tecnologia aparece como o centro de análise a partir da crítica às visões do determinismo cultural. Estudos realizados na década de 1950 e 1960 tinham como preocupação a relação entre padrões de mudanças tecnológicas em sociedades distintas. De acordo com essa visão, haveria uma relação causal e direta entre estas duas variáveis, em que tecnologia relacionar-se-ia a uma forma específica de organização do trabalho. Contrapondo-se a esta visão, uma outra tendência surge na década de 1970, contracenando com a existência de "contextos" culturais distintos, usados para entender as diferenças entre as sociedades. Entretanto, a visão "culturalista" não tinha como preocupação a relação entre os sistemas de relações de trabalho nos processos produtivos específicos. De acordo com Elizabeth, assim como as abordagens do determinismo tecnológico, às quais os "culturalistas" se opõem, ambas estão fundamentadas na noção de que é possível medir o mesmo tipo de problema através dos mesmos parâmetros em sociedades diferentes.

Resta ainda uma questão metodológica, de fundamental relevância em estudos desse tipo. A abordagem a partir do referencial teórico da escola de regulação histórica permite, sem perder de vista as especificidades locais, as tendências e fenômenos através de um enfoque histórico. Assim, esta abordagem permite interligar local de trabalho, fábrica,

empresa multinacional, além do entendimento dos sistemas de relações industriais nacionais e internacionais, estratégias de competição e de relações políticas e econômicas.

Questão fundamental em seu trabalho e motivo de debate entre pesquisadores, que vêm se dedicando a esta área, é a discussão sobre as condições de implantação do fordismo no Brasil, ponto crucial que determinara as eventuais saídas para o país no atual cenário internacional. Do ponto de vista desses pesquisadores, as fábricas brasileiras estariam se tornando mais fordistas, em contraposição às tendências dominantes nas economias desenvolvidas. Entretanto, Elizabeth se questiona se realmente o fordismo chegou a ser implantado no Brasil, aqui entendido como um sistema de produção que requer um mercado de massa para se realizar. Talvez as razões para a existência de tendências fordistas no Brasil estejam relacionadas ao padrão de gestão da mão-de-obra no período autoritário. Assim, naquele período, ter-se-iam gestado as condições do desenvolvimento econômico e as condições institucionais para a existência do fordismo no país.

O que tem sido apresentado como um sistema fordista no Brasil é um sistema de relações dentro das fábricas altamente autoritário, entretanto para Elizabeth é o caráter autoritário do Estado brasileiro. Isto é, o Estado autoritário moldou o fordismo no Brasil de maneira peculiar observada durante o "milagre econômico" na década de 1970.

O que caracterizou o período anterior no sentido da aquisição de qualificação para trabalhadores rurais, na década de 1970 assistiu-se ao crescimento do emprego industrial, associado ao emprego de um enorme contingente de mão-de-obra semi-qualificada, intensificação do trabalho e compressão salarial. Esses fenômenos passaram a ser identificados como o aprofundamento de um sistema fordista no Brasil sem, entretanto, fazer-se referência às características mais globais do sistema fordista.

Sem perder de vista o debate teórico sobre as modificações recentes nos processos de produção e, além disso, sem se esquecer das diferenças culturais e dos sistemas de regulação internacional, este livro nos ajuda a repensar as saídas para esse setor no Brasil. A questão do fordismo a sua ineficiência é apresentada pela autora como um sistema global e como um sistema em transição colocando em questão novos padrões de gestão da produção.

Entre estes novos padrões, a flexibilidade da produção, entendida como capacidade de se adaptar rapidamente às exigências do mercado internacional, é apresentada como uma saída possível. Além disso, a flexibilidade está relacionada à qualidade e eficiência do mercado internacional, e relaciona-se também ao comportamento da gerência em nível local. Assim, ainda que "problemas gerenciais semelhantes" possam "provir de padrões históricos diferentes de organização do trabalho e de relações trabalhistas, as gerências de produção enfrentam problemas distintos devido à variedade de combinação de tecnologias".

Como conclusão a autora sugere que, dado que o sistema de produção fordista nunca esteve totalmente implantado no Brasil, e dado o aparecimento de novas formas de gestão do trabalho e de sistemas flexíveis de produção, o setor automobilístico no país poderia se beneficiar do momento de mudanças tecnológicas e de mudanças nos sistemas de gestão do trabalho. Desse ponto de vista, a autora tem uma abordagem otimista quanto ao futuro desse setor no país e sugere assim possíveis saídas levando em consideração a crise econômica brasileira e a competição internacional.